

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional



Paulo Cesar Gomes

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador pós-doutoral da Universidade Federal Fluminense (UFF) NEC.

Niterói, RJ – PORTUGAL

lattes.cnpq.br/5898771616721123

pcgomesb@gmail.com



orcid.org/0000-0002-8538-0107



Carlos Benitez Trinidad

Doutor em História de América pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidad Pablo de Olavide (UPO).

Pesquisador pós-doutoral da Universidade de Santiago de Compostela (USC) HISTAGRA/CISPAC..

Santiago de Compostela – ESPANHA

lattes.cnpq.br/1997544798418820

carlos.bt.86@gmail.com



orcid.org/0000-0002-4731-8599



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180314352022e0106>

Para citar este artigo:

GOMES, Paulo Cesar; BENITEZ TRINIDAD, Carlos. A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, e0106, jan./abr. 2022.

Recebido: 16/11/2021

Aprovado: 04/03/2022

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a questão indígena brasileira durante os anos centrais da ditadura militar a partir de uma perspectiva transnacional. Essa abordagem enfatiza fenômenos históricos baseados em pessoas e ideias, emancipando-os dos Estados nacionais como uma estrutura “natural” para o estudo da história. A primeira parte deste texto discute a importância da opinião pública nas relações internacionais para, posteriormente, compreender como o Estado brasileiro encarou as interferências estrangeiras em questões que os governantes do período ditatorial acreditavam ser de competência nacional. Posteriormente, a partir da reflexão acerca do poder simbólico dos povos indígenas no Brasil e no exterior, será feita uma análise em duas partes: na primeira, um estudo de caso focado no impacto que o Relatório Figueiredo – ao ser divulgado internacionalmente – teve na França; em seguida, estenderemos para o âmbito transnacional nossas observações sobre os prejuízos ocasionados pelas denúncias contidas no supracitado relatório, procurando encontrar os vasos comunicantes entre o que estava acontecendo no Brasil, sua leitura pela opinião pública internacional, as formas como as autoridades militares agiram para proteger a imagem externa do país e, também, as possíveis vantagens obtidas pelos atores nacionais que, nos anos 1970, atuavam em favor da causa indígena.

Palavras-chave: povos indígenas; ditadura militar; história transnacional; opinião pública; relações internacionais.

The indigenous issue during the Brazilian military dictatorship and foreign public opinion in transnational perspective

Abstract

This article aims to analyze the Brazilian indigenous question during the central years of the military dictatorship from a transnational perspective. This approach emphasizes historical phenomena based on people and ideas, emancipating them from nation-states as a "natural" framework for the study of history. The first part of this text discusses the importance of public opinion in international relations to subsequently understand how the Brazilian state faced foreign interference in issues that the rulers of the dictatorial period believed to be of national competence. Subsequently, from the reflection about the symbolic power of indigenous peoples in Brazil and abroad, an analysis will be made in two parts: in the first, a case study focused on the impact that the Figueiredo Report – upon its international release – had in France; then, we will extend to the transnational sphere our observations on the damage caused by the denunciations contained in the aforementioned report, seeking to find the communicating vessels between what was happening in Brazil, its reading by international public opinion, the ways in which the military authorities acted to protect the country's external image, and also the possible advantages obtained by national actors who, in the 1970s, were acting in favor of the indigenous cause.

Keywords: indigenous people; military dictatorship; transnational history; public opinion; international relations.

¹ Pesquisa financiada pela Conselleria de Educación, Universidade e Formación Profesional da Xunta de Galicia, Espanha, referência ED481B 2018/025 e pela CAPES / CNPq. Este artigo é produto das pesquisas do projeto História da Ditadura, do qual os autores são editores.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

Introdução

Após o golpe de Estado de 1964, os militares que assumiram o governo brasileiro e implantaram, em seguida, um regime ditatorial herdaram uma já bastante degradada “questão indígena”. Esse problema, no entanto, foi interpretado pelos novos governantes como algo muito favorável aos seus interesses, já que ia ao encontro da ideia defendida por eles de extinguir o indigenismo tradicional e refundá-lo sob a lógica do desenvolvimentismo autoritário (TOMMASI, 2021). De todo modo, os militares não tiveram a perspicácia de notar o impacto que a opinião pública internacional teria sobre uma questão com alto poder mobilizador de grupos progressistas de vários países do mundo, sobretudo os europeus e os Estados Unidos da América. Nesse momento, o tema dos direitos humanos começava a ganhar força em âmbito transnacional. Assim, as denúncias acerca das atrocidades cometidas contra os povos indígenas ultrapassaram as fronteiras brasileiras por meio da ação de ativistas, acadêmicos, jornalistas, exilados, missionários, entre outros, tornando-se um dos grandes desafios que o Estado brasileiro se viu obrigado a enfrentar desde meados dos anos 1960, mas, especialmente, ao longo dos anos 1970.

Cenas brutais de ataques a territórios indígenas e a consequente aceleração do genocídio desses povos² – severamente atingidos desde os primeiros momentos da colonização portuguesa – vieram à tona em 1968 com a divulgação dos resultados das investigações feitas pelo procurador Jair de Figueiredo Correia, documento que ficou conhecido como Relatório Figueiredo. Essas informações chegaram à Europa e aos Estados Unidos, o que gerou fortes críticas ao governo brasileiro por parte de organizações internacionais, grupos da sociedade civil, políticos e veículos da imprensa. O surgimento da Teologia da Libertação (1968), a fundação de ONGs como a Survival International (1969), as ações investigativas de comitês internacionais como a Cruz Vermelha (1970), a Declaração de Barbados (1971) e a criação do segundo Tribunal Russell (1974-

² O conceito de genocídio foi cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin em 1944 (LEMKIN, 1944). Mesmo que a definição estivesse relacionada ao nazismo, isto é, seria um plano coordenado para eliminar – física ou culturalmente – grupos nacionais ou étnicos, a reflexão de Lemkin foi fundamental para que se examinasse o colonialismo nas américas e, portanto, o extermínio físico e cultural dos povos indígenas. Em 1948, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, apenas a noção de aniquilação física foi preservada. O Brasil aprovou a convenção em 1951.

1976) são alguns dos exemplos de envolvimento transnacional em questões consideradas internas do Brasil.

A crescente indignação internacional com as práticas violentas do governo brasileiro contra os indígenas gerou uma série de constrangimentos para os militares, que buscavam propagandear representações positivas do país no exterior, sempre reafirmando o caráter supostamente democrático do regime. Além das múltiplas tentativas de impedir a circulação de notícias que pudessem prejudicar a imagem externa do país (GOMES, 2019). Os esforços dos governantes para consolidar sua legitimidade internacional, bem como para manter o controle social, foram permanentes. Uma das estratégias centrais da ditadura era estimular os sentimentos patrióticos da população e construir a percepção interna e externa de que o regime autoritário, por meio de políticas desenvolvimentistas, levaria o Brasil a um destino triunfante (FICO, 1997).

Ainda assim, no âmbito interno, mesmo com o aumento das pressões internacionais, as políticas públicas para os povos indígenas permaneciam prejudicando-os. A Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967 após a extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), não conseguiu se consolidar. Seus servidores mais experientes foram demitidos, havia pouco interesse governamental de fortalecer o órgão e, portanto, com muitas desavenças internas, a Funai tinha suas possibilidades de atuação muito limitadas (TRINIDAD, 2019).

Em 1972, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), cujo objetivo principal era defender os direitos indígenas. Dois anos mais tarde, impulsionadas por missionários, lideranças indígenas começaram a se reunir em assembleias, o que contribuiu para sua organização política. No entanto, apenas em 1978, uma nova forma de ativismo pró-indígena associada aos movimentos contra-hegemônicos, anticapitalistas e ambientalistas, ajudou a consolidar o Movimento Indígena Brasileiro (MIB).

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve análise da questão indígena brasileira durante os anos centrais da ditadura militar a partir de uma perspectiva transnacional. Essa abordagem enfatiza fenômenos históricos baseados em

peças e ideias, emancipando-os dos Estados nacionais como uma estrutura “natural” para o estudo da história. A proposta é confrontar atores nacionais, como o próprio Estado autoritário brasileiro, e atores e ideias individuais e coletivas que transcenderam as fronteiras da nação. A difusão de informações, sua tentativa de censura por parte dos governantes, seu impacto na opinião pública internacional, bem como sua capacidade de criar espaços de contrapoder são um campo fértil para abordar o tema em uma perspectiva holística.

O Brasil não apenas se enquadrou em uma infeliz experiência autoritária transnacional em nível regional, mas também se viu exposto a diversas resistências geradas tanto na própria América Latina, quanto em grandes potências mundiais, como os Estados Unidos e diversos países da Europa. O impacto do que acontecia no Brasil gerou respostas transnacionais, o que obrigou o governo brasileiro a reelaborar suas estratégias políticas internas, ao mesmo tempo em que precisava lidar com forças rebeldes externas cada vez mais aptas a exercer pressão sobre o país.

A primeira parte deste texto discute a importância da opinião pública nas relações internacionais para, posteriormente, compreender como o Estado brasileiro encarou as interferências estrangeiras em questões que os governantes do período ditatorial acreditavam ser de competência nacional. Posteriormente, a partir da reflexão acerca do poder simbólico dos povos indígenas no Brasil e no exterior, será feita uma análise em duas partes: na primeira, um estudo de caso focado no impacto que o Relatório Figueiredo – ao ser divulgado internacionalmente – teve na França; em seguida, estenderemos para o âmbito transnacional nossas observações sobre os prejuízos ocasionados pelas denúncias contidas no supracitado relatório, procurando encontrar os vasos comunicantes entre o que estava acontecendo no Brasil, sua leitura pela opinião pública internacional, as formas como as autoridades militares agiram para proteger a imagem externa do país e, também, as possíveis vantagens obtidas pelos atores nacionais que, nos anos 1970, atuavam em favor da causa indígena.

Há temas que são, tradicionalmente, lidos sob a ótica da nacionalidade, pois costumam ser vistos como aspectos de difícil compreensão se suas

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

fronteiras socioculturais não forem consideradas. Contudo, esses mesmos temas podem ganhar dimensões totalmente novas e ter seus potenciais semânticos explorados com mais profundidade quando postos à luz da transnacionalidade. A repercussão internacional da questão indígena durante a ditadura, por exemplo, é muitas vezes mencionada, mas nunca foi elemento de uma análise mais sistematizada. Assim, o indígena como uma figura exótica, que remete a passados nostálgicos ou a realidades alternativas desejáveis em um contexto de crise sistêmica global, pode ser lido transnacionalmente, gerando sentimentos de empatia e apoio organizado que acabam tendo grande impacto em nível local. Uma abordagem transnacional da história indígena torna possível melhorar a forma como os desenvolvimentos culturais e intelectuais funcionaram e seu impacto na mudança de atitudes em relação a outras culturas e visões gerais do mundo (KÖRNER, 2017).

As décadas de 1960 e 1970 impulsionaram uma reconfiguração do sistema de representações em que se moviam as sociedades ocidentais. Por um lado, a Guerra Fria e seu impacto na forma de golpes de Estado e militarização estavam se intensificando, mas, por outro lado, os ideais ocidentais socialmente aceitos desde a Segunda Guerra Mundial estavam em crise. A necessidade de controle e repressão para manter o *status quo* das elites políticas e econômicas teve que refazer estratégias de contenção contra o avanço de ideais contra-hegemônicos, não necessariamente de cunho marxista, como direitos humanos, descolonização, ambientalismo, antirracismo ou feminismo. Respostas que surgiram do próprio Estado liberal e que estão associadas ao nascimento da perspectiva transnacional (IRIYE, 2007).

1. A importância da opinião pública na perspectiva transnacional das relações internacionais

A história das relações internacionais mudou consideravelmente nas últimas décadas, principalmente devido ao surgimento de novas abordagens que estimularam sua renovação. De todas elas, a história transnacional aparece como uma das mais profícuas. O paradigma realista teve um papel preponderante até o final da Segunda Guerra Mundial, mas, a partir desse momento, viu-se obrigado

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

a enfrentar uma série de desafios de outras disciplinas e escolas de pensamento: o estruturalismo, a “história vista de baixo” e a escola dos Annales nas décadas de 1950 e 1960, a “virada cultural” e a filosofia pós-estrutural nos anos 1980 e, finalmente, a história transnacional e a história global no final dos 1980 e 1990 (FIGALLO; UZAL, 2020). Além disso, a história das relações internacionais teve que enfrentar os desafios colocados pelo fim inesperado da Guerra Fria, pelas guerras nos Bálcãs e, ainda, pelo processo de globalização. Todos esses eventos históricos deixaram claro para os especialistas no campo das relações internacionais a complexidade de sua disciplina e a necessidade de encontrar explicações mais abrangentes e satisfatórias. Conseqüentemente, a história das relações internacionais viu-se obrigada a ampliar a definição do que deveria ser estudado e a questionar a tradicional dependência dos arquivos nacionais como principal fonte de pesquisa. A história das relações bilaterais, que faz parte da história das relações internacionais, também foi afetada por essas mudanças.

De fato, quando se analisa os estudos mais recentes sobre política externa e relações bilaterais, percebe-se que a categoria Estado-nação não foi abandonada, mas reconceituada. Uma das conseqüências mais importantes dessa reconceituação tem sido a perda de importância dos estudos sobre as relações bilaterais na forma tradicional. A nova história das relações bilaterais não se concentra mais na análise das relações entre dois Estados-nação isolados, mas leva em conta seus laços externos e redes supranacionais. O Estado-nação continua sendo uma unidade de análise muito útil, mas os historiadores devem aprender a usá-lo com cuidado, sabendo que as fronteiras são extremamente permeáveis (REYNOLDS, 2006).

A confluência entre as relações internacionais e a opinião pública se configura como um espaço especialmente fértil para poder realizar o exercício hermenêutico do que Kiran Klaus Patel (2010) denomina de “desnaturalização da nação”. Nessa perspectiva, os Estados-nação estão submetidos a uma série de forças políticas, econômicas, sociais e intelectuais que exploram a porosidade das fronteiras tradicionais.³ O campo de representações em constante mudança

³ Sobre o conceito de porosidade, ver: CARVALHO, Bruno. *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

e ressignificação que forma a opinião pública cria uma rede descentralizada de forças emergentes e convergentes que desafia o controle do Estado, gerando resistências e contestações não previstas.

A relevância da opinião pública como fator da política externa de um país foi proposta pelos teóricos de tendência liberal. Em linhas gerais, “na medida em que os governos sejam representativos dos anseios da sociedade, as decisões importantes sobre o envolvimento de um país em um conflito externo, por exemplo, deverão, necessariamente, passar pelo crivo da opinião pública” (NOGUEIRA; MESSARI, p. 65). Para os liberais, a opinião pública é um elemento primordial para assegurar que a política externa de um Estado seja mais pacífica, tendo em vista sua crença na razão humana e na sua capacidade de expressar o interesse coletivo. Fica estabelecida assim uma relação direta entre democracia e paz. É evidente, portanto, que, quando nos referimos a países periféricos, o nível de subordinação ao sistema internacional na formulação de sua política externa é geralmente muito maior que o nível de subordinação das grandes potências mundiais. Estas, por sua vez, são os atores fundamentais na determinação do funcionamento de tal sistema.

É preciso reforçar a importância de considerar o papel da opinião pública a partir de uma perspectiva transnacional quando tratamos de temas de relações internacionais. Há vasta bibliografia que trata da maneira como as práticas e as produções simbólicas dos diferentes grupos formadores da opinião pública de determinada sociedade podem influenciar os rumos da política externa de um país. Pierre Renouvin, por exemplo, analisou a importância das representações, muitas vezes estereotipadas, que as nações constroem umas sobre as outras e o seu peso no desenvolvimento das relações entre os povos (RENOUVIN; DUROSELLE, p. 230). Na mesma obra, *Introduction à l'histoire des relations internationales*, Jean-Baptiste Duroselle examinou a interferência do que denominou “forças psicológicas coletivas”, por meio de pressões diretas e indiretas, nas decisões dos homens de Estado sobre política externa. Em contrapartida, observou as estratégias desses homens para agir sobre as tais “forças psicológicas” ao lançarem mão da propaganda, da imprensa, das viagens oficiais etc.

Nos anos 1990, Pierre Laborie trouxe uma importante contribuição para essa temática. Embora seu livro *L'opinion française sous Vichy* trate das relações entre opinião e política interna, sua proposta pode ser perfeitamente levada para o âmbito das relações transnacionais. Ao mobilizar o conceito de “sistema de representações”, Laborie sugere que as representações sociais se articulam entre elas em um conjunto sistêmico e dinâmico. Nesse sentido, a opinião pública não seria a soma das opiniões individuais nem o simples reflexo de forças mentais profundas, mas sim o próprio sistema de representações ou imaginário social adaptado ao contexto analisado. Para Laborie, analisar esses fenômenos não se resume a reconstituir as correntes de opinião; mais que isso, busca compreender os mecanismos de funcionamento das representações que constituem a opinião, sempre múltipla e em constante mutação. Estudar as representações seria, portanto, uma forma de ter acesso à complexidade do imaginário social (LABORIE, p. 36).

Com relação às propostas de Laborie, Frank ressalta que a “composição química” dessas representações varia entre os diferentes grupos e indivíduos que formam, em determinado recorte temporal, uma sociedade, gerando contradições e debates (FRANK, 2012). De todo modo, segundo o autor, apesar dessas divergências, as variadas composições entre as representações fazem parte de um sistema mais amplo, um imaginário social vinculado a um espaço público bem definido, que é comumente o da nação. Além disso, os sistemas de representações estabelecem uma relação complexa com a realidade: ao mesmo tempo em que os eventos modificam tais sistemas, as representações também têm o poder de alterar a realidade. Essa dinâmica multifacetada entre sistema de representações, espaço e tempo no interior dos imaginários coletivos acaba por afetar as relações internacionais.

Segundo o historiador Akira Iriye, peça-chave no desenvolvimento da perspectiva transnacional da história, as relações exteriores de qualquer país são baseadas em certas ideias e imagens sobre uma série de comunidades: nacionais, regionais, globais e subnacionais. Em seu trabalho sobre o Japão, o mundo em geral se torna a estrutura-chave, o universo mental, no qual os

japoneses e seus líderes tentaram compreender seu lugar e papel na comunidade internacional (IRIYE, 2014).

A historiografia, durante longo tempo, concentrou-se no estudo da influência da imprensa sobre a formação da opinião, deixando de lado o fator da recepção de suas produções pelo público. Foi somente a partir dos anos 1980 que a questão da recepção passou a ser discutida pelos analistas. Um público não é um grupo de indivíduos que compartilha necessariamente o mesmo espaço ou que precisa estar unido fisicamente, mas sim um conjunto de pessoas que está conectado por um imaginário comum. Assim sendo, a experiência da recepção não deve ser explicada unicamente em termos individuais ou mesmo nacionais (POELS, p. 14). No caso deste texto, iremos trabalhar o conceito de recepção analisando as maneiras pelas quais o governo brasileiro foi impactado pela opinião pública internacional acerca da questão indígena e, portanto, de que modo as formas como o país era visto publicamente no exterior influenciaram as estratégias de propaganda levadas a efeito pela ditadura. Sendo assim, quando utilizamos a imprensa como fonte, interessa-nos, sobretudo, observar a interação dos agentes do Estado com as matérias publicadas sobre o Brasil no exterior, tendo em conta, mais detidamente, o caso da França. Fazemos essa ressalva para evitar cair na armadilha de considerar que a imprensa teve o mesmo impacto junto de todos os públicos.

Além disso, segundo os estudiosos, a influência da opinião pública sobre as decisões políticas dos governantes é muito variável, o que torna as pesquisas dessa natureza bastante complexas. As generalizações são imprudentes e é necessário analisar as particularidades de cada caso. Um elemento importante, por exemplo, para além dos fatores que concorrem para a formação de uma opinião pública, é o peso que os governantes a ela atribuem, caracterizando-a como “constrangimento em política externa ou recurso de poder na cena internacional” (BLANC; LOISEL; SCHERRER, p. 120). Assim, com relação à opinião pública externa, o papel das embaixadas na preservação da imagem internacional de um país é uma característica inerente a qualquer serviço diplomático. Atividades como monitoramento de mídias locais, de declarações dos líderes e

de manifestações populares permitem a elaboração de ações objetivas, tais como estratégias de propaganda.

Diante do exposto, podemos dizer que a opinião pública, por toda a sua complexidade, não equivale ao discurso emitido pela imprensa, seja escrita ou audiovisual. Embora a imprensa seja um difusor de ideias e opiniões, ela também representa um vetor de relações sociais e, portanto, não há como analisar as relações entre imprensa e opinião pública sem considerar o tema da recepção. Além disso, quando a opinião pública tem como fonte a imprensa, há que se ter a percepção de que esta representa tanto o sujeito quanto o objeto da pesquisa em questão.

A imprensa, assim como todo ramo da indústria e do comércio, é dotada de interesses próprios que estão ligados fundamentalmente à importância de seu cliente, isto é, o leitor ou espectador. O público que consome jornais, revistas, programas televisivos e, mais recentemente, conteúdos produzidos para as mídias digitais é um elemento essencial na definição do que é veiculado pelos meios de comunicação, considerando tanto a qualidade das informações quanto os anúncios publicitários difundidos. Assim, tanto a imprensa influencia seu consumidor quanto este influencia as linhas editoriais dos diferentes veículos midiáticos.

Pierre Bourdieu, ao analisar a televisão, pautada por seus interesses comerciais e pelos subsídios estatais, enfatiza o papel desse veículo na manutenção da ordem social. A partir da criação de um discurso inofensivo e consensual, que não gera debate ou discórdia, a televisão teria “uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população, [...] exercendo sobre ela as pressões do mercado e [...] afastando as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos” (BOURDIEU, 1997, p. 20).

1.1. O Ministério das Relações Exteriores e a imagem internacional do Brasil

Não é de se estranhar que o Itamaraty tenha se incumbido da função de zelar pela imagem externa do Brasil, o que é tarefa comum dos serviços

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

diplomáticos em qualquer regime político. No contexto da ditadura, as especificidades do órgão estavam relacionadas à sua atuação para impedir a divulgação, por qualquer meio, de notícias sobre as práticas repressivas do regime militar brasileiro, bem como ao seu esforço para propagar uma imagem positiva do país no exterior. Assim, o serviço diplomático passou a desenvolver programas de difusão da cultura brasileira, patrocinava viagens de jornalistas estrangeiros ao Brasil em troca de matérias elogiosas, tentava intervir no tom crítico adotado pela imprensa internacional sobre a situação política do Brasil, além de se esforçar para estabelecer acordos de cooperação técnica e econômica com governos de outros países, buscar monitorar e, quando possível, cercear as atividades políticas contestatórias de brasileiros em territórios externos, entre outras estratégias. A finalidade última era não apenas divulgar uma imagem favorável do Brasil, reafirmando constantemente que o país vivia sob as regras de um regime democrático, mas também controlar a forma como deveríamos ser vistos pelo Estados estrangeiros e pela opinião pública internacional.

A preocupação com a imagem externa do Brasil sempre foi muito comum entre determinados setores das elites brasileiras ao longo da história, e a veiculação de notícias negativas do país no exterior sempre costumou provocar certa mobilização dos ânimos nacionalistas da população.⁴ No período da ditadura militar, a repercussão das arbitrariedades cometidas pela polícia política contra os chamados “subversivos” causava grande constrangimento aos governantes, que se empenhavam constantemente para “corrigir” essa imagem, considerada “deformada” do país. Em 1970, chegou-se a aventar a criação de um órgão de propaganda oficial, com orçamento próprio, e ligado à pasta das Relações Exteriores, o que acabou nunca se concretizando (FICO, 1997, p. 45-62). No final desse ano, contudo, o governo brasileiro, por meio do Conselho de Segurança Nacional, estabeleceu a “Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo”, cujas diretrizes eram o resultado das atividades de

⁴ Cabe salientar que a preocupação com a imagem externa não é uma exclusividade do Brasil, sendo comum a todos os Estados com aspirações na esfera internacional. Em termos conceituais, é o que podemos denominar como diplomacia pública. Ver: GILLABERT, Matthieu. *Diplomatie culturelle et diplomatie publique: des histoires parallèles?*. *Relations internationales*, Paris, v. 169, n. 1, p. 11-26, 2017.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

um grupo de trabalho integrado por representantes do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) – órgão de propaganda vinculado à Presidência da República –, do MRE e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). O objetivo era propor medidas coordenadas para “fazer face à guerra psicológica adversa no campo externo, em especial a campanha de difamação do Brasil no exterior [...] deliberadamente forjada por grupos de asilados brasileiros e elementos da ala progressista da Igreja Católica”. De acordo com o documento, a campanha vinha atingindo diretamente o prestígio internacional do Brasil e, por essa razão, podia ser identificada como um problema de segurança nacional.

Diante desse cenário, duas estratégias de ação foram determinadas: uma de emergência e outra de caráter permanente. Os principais países visados eram Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos. Chama atenção que uma das resoluções da nova política era agir junto a empresas estrangeiras com interesses no Brasil para que pressionassem os veículos de comunicação de seus países de origem, de modo que melhorassem o tratamento dado ao nosso país. A regra também passava a valer para empresas brasileiras com investimentos no exterior. As novas diretrizes deveriam ser adotadas por toda administração pública, mas quem iria dirigir a execução das ações era o MRE (BRASIL, 1970).⁵

Podemos afirmar, portanto, que, com o decorrer dos anos da ditadura, o Itamaraty consolidou-se como uma agência estatal de relações públicas em âmbito internacional, papel que foi desempenhado internamente pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), entre 1968 e 1973, e, em seguida, pela Assessoria de Relações Públicas (ARP), entre 1973 e 1978. Houve inclusive momentos em que esses órgãos atuaram em conjunto com o MRE. O setor cultural das embaixadas envolveu-se diretamente na divulgação de aspectos

⁵ O grupo responsável pela execução da nova política eram o diplomata Dario Castro Alves, presidente do grupo; Ronaldo Rebello de Britto Poletti, representante do Ministério da Justiça; Alarico Silveira Júnior, representante do MRE; o capitão-de-mar-e-guerra Fernando Carvalho Chagas, representante do Estado Maior das Forças Armadas; o tenente-coronel Milton Machado Martins, representante do SNI; e o diplomata João Clemente Baena Soares, representante da AERP. “Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo”. Arquivo Nacional, DSI-MJ, BR.AN, RIO.TT.O.MCP.PRO.180.

positivos do Brasil no exterior, por exemplo, a divulgação da música brasileira em rádios estrangeiras, o patrocínio de shows de artistas nacionais, o ensino da língua portuguesa em universidades, o financiamento da tradução de obras da literatura brasileira e a distribuição de material turístico foram algumas das iniciativas utilizadas para promover a imagem externa do Brasil. No entanto, apesar de todo esse empenho, que pode ser interpretado como uma das maneiras de legitimar o regime militar no exterior, as possibilidades de ingerência na percepção que se tinha sobre as arbitrariedades cometidas pelo governo brasileiro naquele período acabaram se mostrando muito limitadas.

2. O índio e seu poder simbólico

A relação que o Brasil mantém com suas populações indígenas é muito peculiar. Relegados pelos governantes aos interiores mais remotos do país, os indígenas foram perdendo presença com o avanço tecnológico e a crescente depredação de um extrativismo cada vez mais industrializado. Mesmo assim, eles têm conseguido manter uma presença marcante na forma como a sociedade brasileira se enxerga historicamente. Parece que, para preencher vazios afetivos, os brasileiros têm vivido a necessidade de dar espaço a uma população considerada historicamente marginal e problemática, em uma relação que transcendeu a conquista e a dominação (RAMOS, 1991a, p. 160). O índio permaneceu preservado – como reflexo da sociedade brasileira – em um éter infindável, pronto para ser utilizado para os diversos fins semióticos que foram necessários.

A “questão dos índios” poderia ter sido “resolvida” com um processo massivo e contínuo de desaparecimento intencional, como aconteceu em outros lugares da América Latina. Mas não foi assim. Contrariamente, desde cedo, o Brasil construiu a “questão indígena” como um poderoso edifício ideológico que precisava ser sustentado (RAMOS, 2012, p. 31). Dito de outro modo, estruturou-se uma fábrica de significados a partir da qual surgiram desde conceitos abstratos, como “brasilidade”, até justificativas para legitimar os limites territoriais do país.

O uso generalizado do indígena como alteridade a ser impregnada de epítetos por um interlocutor interessado foi herdado pelo Brasil, no contexto

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

latino-americano, da tradição colonial. A partir do século XVI, o país já utilizava a figura do indígena para justificar conquistas, explorações, religiosidades, filosofias e ciências. Havia uma dança ambivalente, muitas vezes paradoxal, de valores positivos e negativos que pouco pretendiam definir o “Outro”, mas sim, o “Nós”. Esta premissa foi realçada por Manuela Carneiro da Cunha quando, ao explicar uma dinâmica duradoura no Brasil, corrobora que, durante o século XIX, os indígenas foram expostos como símbolos de um Brasil ávido por liberdade, mas, ao mesmo tempo, como ferozes obstáculos ao progresso da nação num mimetismo simbiótico com uma natureza selvagem e perigosa. Tal ideia se perpetuou ao longo do século passado, sendo que, durante o regime militar, época que nos interessa neste texto, os povos indígenas eram definidos como “puros paladinos da natureza [ou mesmo como] inimigos internos, instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia” (CUNHA, 1994, p. 123).

Portanto, a “questão indígena” tem sido uma constante na chamada opinião pública desde que o Brasil alcançou a independência. O longo e irregular debate sobre “o que fazer” com as populações indígenas (HENRIQUE, 2018, p. 13-14) estava embaçado por um romantismo que pensava o índio simbólico com as características do Estado-nação liberal, amante da liberdade individual e da independência. A figura do índio foi inserida à força como contrapartida na dualidade civilização e barbárie, que deixou as elites intelectuais e políticas obcecadas (WEY, 1995, p. 7). Essa situação encontrou continuidade com o lendário sertanismo de Mariano Cândido da Silva Rondon. Considerado o herói civilizador da pátria e da república nascente, ele uniu todas as dimensões do índio simbólico sob seu carisma para que subissem juntos a escada do progresso. Sua obra e seu legado se expandiram ao longo do século XX, acalmando as consciências de uma sociedade que ainda percebia seu país como um sertão a ser desbravado e que, nesse processo, seu morador mais selvagem não ficaria para trás (DIACON, 2004).

Essa voracidade, principalmente a produção do imaginário que cercava o índio, não passou despercebida por populismos e autoritarismos. Getúlio Vargas deu-lhe um espaço importante em suas campanhas de propaganda. Propondo-se como o primeiro presidente do Brasil a visitar terras indígenas, quis dar solidez

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

ao seu projeto da Grande Marcha para o Oeste (1937-1945), partindo da terra Karajá na Ilha do Bananal. Vargas teve muito cuidado em aproveitar as ideias de progresso, humanitarismo e civilização que tinham no índio sua poderosa contrapartida (GARFIELD, 2000).

Essa estratégia também não foi alheia à ditadura militar. Os militares aproveitaram a crise que os indigenistas viviam para suprimir o SPI. A retórica da anticorrupção, segundo a qual o resgate de populações indígenas das mãos de servidores ávidos e amorais, foi fundamental para a criação, em 1967, da Funai. Com isso, os governantes de então alcançaram o objetivo de militarizar o indigenismo, tentando ter o controle de todas as variáveis da questão indígena. Deve-se levar em conta, por um lado, que os militares, desde a criação da Funai, estabeleceram uma intensa estratégia de propaganda integrada aos seus projetos econômicos e sociais nos interiores “vazios”, com uma estratégia que intencionalmente confundia integração com “desenvolvimento” e solidariedade humanista com favorecimento indiscriminado do interesse privado (TRINIDAD, 2019). Por outro lado, os militares suprimiram o SPI porque o escândalo levantado pelas diferentes investigações ao longo da década de 1960 começava a atingir a opinião pública internacional. A situação dos povos indígenas, assediados por um avanço descontrolado sobre suas terras, incentivado por um Estado indolente, começou a reverberar pela primeira vez no plano internacional, questionando a imagem de tranquilidade e ordem que estavam decididos a exibir.

2.1. A França e o começo da repercussão internacional dos maus-tratos aos povos indígenas

As primeiras denúncias contra maus-tratos infligidos pelo governo brasileiro às populações indígenas começaram a chegar à Europa por volta de 1965. Em fevereiro daquele ano, o filme *Fraternelle Amazonie*, realizado pelo etnólogo Paul Lambert, causou controvérsia nos meios governamentais. O filme fazia críticas acerbas contra a atitude das autoridades brasileiras com relação aos índios e, ao ter acesso às gravações, o governo francês passou a temer que sua divulgação pudesse gerar protestos por parte do Brasil. A decisão sobre a maneira como o filme deveria ser enquadrado, fosse impedindo sua exportação

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

para a América do Sul, fosse solicitando a Lambert que suprimisse as cenas mais polêmicas, seria tomada pelo Ministério da Informação da França (AMAE, 1965). Não sabemos qual a foi deliberação do órgão; de toda forma, o filme só foi lançado na França em 1969.

A partir de 1968, a imprensa estrangeira passou a divulgar o que era chamado de genocídio das populações indígenas do Brasil (LE SERVICE..., 1968). Nesse contexto, a repercussão de múltiplas denúncias de maus-tratos às comunidades indígenas praticados pelo governo brasileiro causou grande escândalo internacional. Trabalhos forçados, prisões clandestinas, apropriação indevida de recursos naturais de territórios indígenas, massacres com armas de fogo, torturas, sequestros de crianças, contágios propositais de doenças, fornecimento de alimentos envenenados, estupros, uso de napalm por aviões da Força Aérea Brasileira, entre outros, eram os métodos de tratamento desumano e degradante impostos aos indígenas. Chegou-se a aventar, à época, a morte de cerca de 30 mil indivíduos. Atualmente, estima-se que, no mínimo, 8350 indígenas morreram em decorrência da ação direta ou omissão de agentes do Estado naquele período (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 205, COMISSÃO ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS, 2014, p. 7-10).⁶

Essas denúncias começaram a repercutir quando a imprensa internacional teve acesso ao conteúdo do já mencionado *Relatório Figueiredo*.⁷ O relatório veio a público em março de 1968, quando o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, divulgou seus resultados em uma coletiva de imprensa, que teve vasta ressonância internacional. Sobre o SPI, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, pesavam graves acusações a respeito de ações ocorridas desde a década de 1940. Os principais suspeitos eram os ex-diretores do órgão, o general Moacir Ribeiro Coelho (1962-1964) e o major Luís Vinhas Neves (1964-1967), mas as

⁶ Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. Vol. II, texto 5, p. 205. O relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas identificou nomes de mais de 2 mil indivíduos do povo Waimiri-Atroari assassinados, entre 1972 e 1977, na ocasião da abertura da rodovia BR-174, que conecta Manaus a Boa Vista.

⁷ Após ficar desaparecido por 45 anos, o Relatório Figueiredo foi encontrado, em 2013, pelo pesquisador Marcelo Zelic no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Pensava-se que o documento de 7 mil páginas havia sido perdido em um incêndio no Ministério da Agricultura em 1968.

denúncias envolviam diversos escalões do SPI, além de personalidades políticas de projeção nacional e grandes proprietários rurais. O relatório indicava não apenas um caso de corrupção generalizada, mas também a omissão do Poder Judiciário. A crise do SPI levou o governo a extingui-lo, criando, em 1967, a Funai, ligada ao Ministério do Interior, o mesmo responsável pela implantação da política desenvolvimentista do regime militar (AMAE, 1968b).

Em 1968, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o SPI. No entanto, embora as denúncias de massacres de povos indígenas tenham sido o estopim da crise, em grande medida pela pressão internacional exercida sobre o Brasil, a CPI versou principalmente sobre a questão da corrupção. Os agentes do SPI teriam se aproveitado dos cargos que possuíam para tirar proveito financeiro das atividades agrícolas e artesanais dos indígenas, bem como teriam promovido a venda de minerais descobertos nas terras reservadas a essas populações. A conclusão da CPI resultou na aplicação de sanções administrativas a 13 funcionários do órgão. Não foram aplicadas penalidades no âmbito criminal ou punições a outros indivíduos.

A iniciativa de abafar as questões relacionadas ao escândalo humanitário do massacre indígena, transformando-o em meras faltas administrativas, foi interpretada especificamente pelo serviço diplomático da França como uma tentativa das autoridades de reforçar a imagem do Brasil como um país multirracial (AMAE, 1968). Em julho de 1969, o senador socialista Georges Rougeron fez uma consulta por escrito ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, buscando saber se o governo do país tinha conhecimento da ocorrência, “na Amazônia brasileira, de safaris humanos” e das “verdadeiras caças aos índios” que ali ocorriam. Interpelou, diante da hipótese, se não julgaria necessário que a França denunciasse tais práticas, que violavam os direitos humanos e, portanto, tornavam incompatível o pertencimento de um Estado que as tolerassem aos organismos internacionais. A resposta do ministério foi que o governo francês desconhecia tais fatos. Tudo o que se sabia era que, após as notícias veiculadas na imprensa sobre “o escândalo do massacre dos índios” por funcionários do SPI, o governo brasileiro havia procedido a uma investigação, e os resultados haviam

apontado para um caso de corrupção, afastando, portanto, as suspeitas de assassinato (AMAE, 1969d).

No final de 1969, o presidente do Grupo de Trabalho Internacional das Questões Indígenas, o sueco Lars Persson, fez uma conferência em Haia, em um evento promovido pela *Amnesty International*, na qual defendeu que as mudanças promovidas pelo governo brasileiro vinham alcançando bons resultados. No entanto, embora ele afirmasse que os assassinatos haviam sido interrompidos, o processo de integração das populações indígenas à sociedade brasileira continuava, o que, de acordo com sua perspectiva, destruiria as culturas dos autóctones (AMAE, 1969c).

De todo modo, a forte repercussão internacional desse caso, sobretudo as críticas sofridas na assembleia das Nações Unidas, obrigou o governo brasileiro a se posicionar publicamente. O ministro brasileiro do Interior, José Costa Cavalcanti, enviou uma carta a todas as missões diplomáticas presentes no Brasil. Cavalcanti iniciava sua missiva criticando a maneira “sensacionalista” e “tendenciosa” como os meios de comunicação internacionais vinham acusando o governo brasileiro de praticar “genocídio indígena”. Atribuía essa atitude com relação ao Brasil a jornalistas estrangeiros e “pseudo-antropólogos, ávidos por notoriedade”, que divulgavam “fatos deformados” sobre a realidade brasileira, buscando a condenação, “sem provas e sem possibilidade de defesa”, de uma nação cristã. O ministro afirmava que a Funai havia franqueado todas suas unidades, incluindo reservas indígenas, à visita de jornalistas, antropólogos, médicos e outros profissionais. O próprio presidente da Fundação havia se disponibilizado a oferecer todas as informações solicitadas pela imprensa internacional. De acordo com Cavalcanti, a Organização Mundial do Trabalho havia recebido dois relatórios anuais de atividades da Funai e não havia feito qualquer ressalva com relação às suas atividades (AMAE, 1969b). O presidente Médici, em uma coletiva para a imprensa estrangeira, declarou que qualquer jornalista que quisesse visitar o Brasil para verificar as condições em que viviam os indígenas teria suas despesas pagas pelo governo brasileiro (MÉDICI, 1969).

No entanto, as notícias de que o Brasil submetia as populações indígenas a tratamentos cruéis já haviam ganhado o mundo, e as autoridades esforçavam-

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

se continuamente para combater o que diziam ser “um equívoco monstruoso que compromete no exterior o renome do Brasil”. No início de 1970, por exemplo, o jornalista Lucien Bodard lançou, pela editora Gallimard, o livro *Le Massacre des Indiens*, que, segundo o embaixador Bilac Pinto, havia tido grande repercussão na imprensa francesa, tendo sido resenhado no *Figaro* pelo escritor J. M. G. Le Clézio, que viria a ganhar o Nobel de Literatura em 2008 (AHMRE, 1970). A defesa do governo brasileiro baseava-se em dois pontos fundamentais: o país reconhecia que abusos, e até mesmo crimes, haviam sido cometidos contra indígenas, mas tratava-se de fatos isolados, praticados por particulares e, de forma alguma, poderiam ser apontados como genocídio; a política brasileira para os povos indígenas propunha-se a integrá-los à comunidade nacional, respeitando, portanto, seus costumes (AMAE, 1969a).

Em maio de 1970, o diplomata Paulo Paranaguá, que servia na Embaixada brasileira em Paris, foi ao encontro do chefe da Direção da América do Quai d’Orsay, Jean Jungersen, para entregar uma nota da AERP sobre as acusações constantemente feitas pela imprensa francesa sobre a tortura a presos políticos e o genocídio indígena. Jungersen respondeu ao diplomata brasileiro que a imprensa francesa fruía de plena liberdade e que, portanto, ele não poderia influenciá-la. No entanto, afirmou que, se as acusações fossem falsas, o governo brasileiro poderia publicar uma contestação no veículo que houvesse publicado a matéria em questão, fazendo jus ao seu direito de resposta. De acordo com Jungersen, o diplomata brasileiro não teria demonstrado interesse em sua sugestão. Para ele, a razão poderia ser que o governo brasileiro não tinha meios de refutar tamanha precisão dos dados apresentados pela imprensa francesa (AMAE, 1970).

Nos primeiros anos da década de 1970, as comunidades indígenas brasileiras continuaram presentes nas páginas da imprensa internacional e nos relatórios diplomáticos, porém de modo menos frequente. O foco voltou-se para os conflitos decorrentes do projeto governamental de ocupação e desenvolvimento do interior do país, principalmente na região Norte. Em dezembro de 1971, por exemplo, um posto da Funai no estado de Rondônia foi atacado e um funcionário do órgão, Possidônio Cavalcanti Bastos, foi assassinado

por integrantes da tribo Cintas-Largas. Embora o sertanista estivesse mantendo boas relações com os indígenas, eles estariam reagindo às incursões feitas em seus territórios não apenas pela Funai, mas também por empresas privadas que, apoiadas pelo governo, estavam empenhadas em explorar a região. No norte do estado de Goiás, atual Tocantins, por exemplo, os agentes da Funai, quando trabalhavam para a demarcação do território dos Xerentes, precisavam da proteção da polícia, já que as agressões também poderiam partir dos proprietários fundiários, caso tivessem parte de suas terras amputada.

O clima de tensão tornara-se comum nas zonas de implantação de colônias agrícolas, nas áreas de construção da Transamazônica e nos locais de prospecção de minérios. Começou a haver muitas denúncias, em âmbito internacional, de que o avanço desenvolvimentista proposto pelo regime militar tornara frequente a eliminação física dos indígenas. A Funai, apesar dos esforços que vinha empreendendo, não conseguia conter a agressividade dos chamados “representantes da civilização”. Assim, os efeitos para as populações indígenas eram nefastos. Quando não eram simplesmente assassinados, o encontro com o sistema socioeconômico capitalista tinha como principal consequência um forte processo de degradação cultural. Dito de outro modo, os indígenas eram brutalmente retirados de suas sociedades tradicionais e, não sendo devidamente integrados à comunidade nacional, permaneciam em uma posição marginal, inadaptados a um novo modo de vida. Assim, a Funai, aos poucos, abandonava sua função de proteção dos indígenas e passava a atuar como auxiliar do desenvolvimento. As pesquisas mais recentes a respeito da atuação da Funai ao longo da ditadura evidenciam que o órgão funcionou como um fiel escudeiro do Exército nos projetos desenvolvimentistas e integracionistas do governo (COMISSÃO ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS, 2014, p. 81).

Com o passar dos meses, os temas relacionados aos indígenas do Brasil foram deixando de ser comentados tanto pela imprensa como pelos diplomatas estrangeiros. Tanto que, em junho de 1973, quando o general Oscar Bandeira de Mello, presidente da Funai, foi a Paris, e o Itamaraty solicitou à Embaixada brasileira que entrasse em contato com entidades ou pessoas interessadas em

esclarecimentos sobre a política indígena brasileira, o embaixador Lyra Tavares afirmou que achava desnecessário voltar a falar sobre esse tema. Para Lyra Tavares, o assunto dos indígenas no Brasil já estava superado, e voltar a mencioná-lo publicamente poderia reacender a polêmica, que, segundo ele, tanto prejudicava a imagem externa brasileira. A recomendação de Lyra Tavares foi aceita pela Secretaria de Estado, e o presidente da Funai limitou-se a proferir uma palestra para os funcionários diplomáticos da Embaixada do Brasil em Paris sobre as atividades da instituição (AHMRE, 1973a, 1973b, 1973c).

2.2. A escalada transnacional da questão indígena nos 1970

O estudo do caso francês oferece as chaves para entender a crescente influência das ideias de origem transnacional em uma sociedade específica e como ela exerce sua influência sobre outras sociedades e nações. Um mundo cada vez mais dinâmico testemunhava o declínio de velhas estruturas ideológicas impostas por uma *Realpolitik* intimamente ligada a representações abertamente criticadas, como o imperialismo ou o colonialismo, sendo derrubadas e questionadas por entidades globais, assim como por movimentos sociais e políticos. Com o surgimento da periferia do mundo transformada em campo de batalha ideológica, este “Terceiro Mundo” foi um cenário onde se colocar em prática uma terceira via de ação anti-hegemônica e alternativa. A necessidade de se posicionar sobre questões tidas como de impacto global consolidou-se nas sociedades ocidentais considerando suas emergências, muitas vezes fugazes e incoerentes, em diferentes âmbitos espaciais (FRONCZAK, 2015). O progressivo interesse pela questão indígena ocupou certa centralidade na vigilância dos exilados brasileiros na França, bem como dos ambientes intelectuais e ativistas dos quais participaram, a ponto de terem que gerar toda uma estratégia de ação que transcendesse a própria diplomacia. A percepção que os franceses tinham do Brasil também se refletiu nele.

O medo dos militares de oferecer uma má imagem perante o resto do mundo levou a toda uma reconfiguração do indigenismo no Brasil, pelo menos em suas formas, bem como a um maior cuidado no trato com os interlocutores que atuavam ao lado dos povos indígenas ou que estavam interessados na

questão. Não podemos esquecer que o Brasil se ofereceu como um dos países-vitrine do sucesso capitalista no cenário ideológico internacional (GROSFOGUEL, 2003). Ao mesmo tempo, os recursos investidos pelo Estado militar para monitorar, reprimir e bloquear o vazamento de informações de todas as esferas participantes da questão indígena aumentaram ao longo da década de 1970 e continuaram, de forma ainda mais intensa, durante a década de 1980 (TRINIDAD, 2019).

Recursos que corresponderam ao crescente interesse pela questão indígena durante essas mesmas décadas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Em 1969, devido a relatos de violência contra povos indígenas, surgiram, a propósito, organizações como a ONG Survival International, com sede em Londres. Esta nasceu como resultado do impacto na sociedade anglo-saxônica do extenso artigo de Norman Lewis intitulado “Genocide”, publicado no *Sunday Times*, a mais longa matéria já publicada pelo jornal até então, em 23 de fevereiro daquele ano. O artigo foi justificado pelos crimes que vieram a público pela CPI um ano antes e que levaram vários países a solicitarem uma investigação à ONU, acusando o Brasil de genocídio. Lewis, que investigava a situação no local, acusou o governo de manter a Funai em contínuo estado de falência, tanto financeira quanto em seus quadros de servidores: “It is hard to see how the Foundation can be effective in its battle with the strength, the cunning, and the influence of the commercial interests it is bound to confront and reports so far give no reason for optimism” (LEWIS, 1969).

Na Survival International, como em outras organizações, eles logo entenderam que a melhor maneira de se posicionar a favor dos povos indígenas era divulgar sua situação e lutar pelo controle da opinião pública. Estratégia que os manteve na linha de frente, organizando debates na televisão britânica (DEBATE..., 1971, p. 13); ou financiando expedições como a do antropólogo inglês Robin Hanbury Tenison, que também contou com o apoio do Exército brasileiro, obcecado em provar que não houve “genocídio” no Brasil. Além disso, essas organizações parecem ter perdoado as críticas firmes ao sistema indigenista brasileiro quando disseram que “há um erro no sistema adotado [...] pelas autoridades brasileiras, já que tendem a acelerar os processos de integração dos

índios, o que de fato não faz mais que acelerar seu desaparecimento”, pois o interesse radicava em que o inglês tinha reconhecido que “não há genocídio” de uma forma um tanto confusa (ANTROPÓLOGO..., 1971, p. 19).

A presença da Survival International foi uma constante no Brasil, a tal ponto que foi uma das responsáveis por conseguir engavetar o projeto de Emancipação em 1978. Nesse sentido, o decreto de Emancipação é paradigmático. A forte pressão exercida pelo ministro do Interior, Mauricio Rangel Reis, para pôr fim à questão indígena com a conivência do presidente da Funai, Ismarth de Araujo Oliveira, com um decreto que libertava os povos indígenas da tutela e, portanto, da proteção do Estado, foi derrotado graças à maciça oposição da opinião pública nacional e internacional veiculada por povos indígenas até obrigar o ministério a arquivar o decreto sem aplicá-lo (BICALHO, 2021). Junto com os britânicos da Survival International, se somaram na luta a Ecole Pratique des Hautes Etudes na França, a Indian Bight Association e a North American Anthropological Association nos Estados Unidos. Também personalidades importantes como William Surtevant, do North American Ethnology Smithsonian Institute, Richard Adams, da University of Texas, e até Claude Lévi-Strauss, da Academia Francesa (PROTESTOS..., 1978, p. 8).

A preocupação com a ingerência estrangeira na questão indígena foi tema recorrente nas discussões políticas da Câmara dos Deputados. A opinião pública internacional ocupava uma certa centralidade dentro do sistema político “permitido” pelo autoritarismo. Para a grande maioria dos parlamentares, mesmo aqueles que criticaram o indigenismo oficial e fizeram alegações de consciência sobre o genocídio histórico, a exposição excessiva na mídia encontrou explicação em um clima de autojustificação, em queixas comparativas e no abrandamento da culpa ou da autocrítica. O Estado brasileiro foi, e continuou a ser por muito tempo, “muito sensível à opinião internacional”, numa “posição explicitamente patriótica”, cerrou fileiras em torno do que “chamam de cobiça estrangeira” (RAMOS, 1991b, p. 10).

O discurso do deputado Moacyr Chiesse ilustra bem essa posição. Segundo o deputado, “os indígenas brasileiros estavam sendo usados como objeto de estudo” de caráter e valor “duvidosos” por “universidades estrangeiras” e

“provocadores internacionais”. Para ilustrar suas palavras, o deputado leu uma reportagem publicada por *O Globo* intitulada “Aniquilação de uma mentira”, em que havia uma defesa patriótica da política indigenista brasileira e afirmava o quão bem tratadas estavam as populações nativas do Brasil:

Os delegados estrangeiros estão podendo verificar, à luz de dados abundantes, como o governo brasileiro definiu para o tratamento condigno do índio uma política cujas raízes históricas remontam à doutrina do patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade e Silve, e que se firmou profundamente na consciência nacional com o trabalho apostolar do Marechal Rondon e de tantos outros devotados à causa da integração dessa minoria étnica na sociedade e no desenvolvimento nacional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1972, p. 2575)

A triunfante política integracionista teve que enfrentar o academicismo, por mais que “[...] os antropólogos lamentem extinguir-se aqui uma fonte preciosa e um laboratório vivo de estudos”. Para ele, prosperava uma campanha de calúnias e infâmias contra o Estado brasileiro desde fora, incoerente quando colocada à luz da verdade, “estertorando ante a autenticidade do insuspeito testemunho interno e a ‘transformação imponente’ daqueles que não precisam mentir para conquistar auditórios desprevenidos e adesões cúmplices” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1972, p. 2575).

O muro de contenção sempre foi composto pela mesma posição ufanista: a questão indígena era um problema interno do Brasil, que historicamente tinha sido tratado de forma exemplar. O deputado da ARENA, Nina Ribeiro, resume isso graficamente, misturando “críticas” às ações do Estado, conspiração estrangeira e comparações com certo caráter bizarro:

Eu mesmo tive ocasião, em vários países da Europa, inclusive no seio de universidades, e, também, nos Estados Unidos, de desmentir elementos tendenciosos que procuravam difundir o Brasil como um país cuja política oficial era a de matar os seus indígenas. Repudiei violentamente essa tese e disse que outros países fizeram seu processo de colonização interna usando a força regular do exército para exterminar índios. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1973, p. 692)

O espectro do genocídio assustava a consciência do sistema, e o objetivo era demonstrar que tal não existia. Por isso, em 1970, a Cruz Vermelha conseguiu

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

enviar uma comissão de inspeção para analisar o que acontecia nas terras indígenas. Evento que os militares aproveitariam para tentar dar uma imagem caritativa do próprio país e de sua obra indigenista. A visita totalmente pensada para mostrar projetos de integração e desenvolvimento bem-sucedidos com as comunidades levou a Cruz Vermelha a declarar que não observaram o crime de genocídio. À luz da história, esta visita da Cruz Vermelha continua a ser um episódio um tanto confuso, pois com a abertura dos documentos referentes àquela época, em 2016, há indícios de que os especialistas encontraram problemas de epidemias, pobreza, precariedade e higiene nas aldeias (CHADE, 2016). Essa visita, considerada um sucesso pela administração Médici, incentivou o governo a convidar jornalistas e especialistas internacionais ao longo daquele ano para fiscalizar o trabalho indígena (ÍNDIOS..., 1970).

O surgimento de uma preocupação internacional propiciou um verdadeiro e profundo esforço da Funai e do governo para manter uma boa imagem da instituição indígena perante a opinião pública. O resultado desses esforços são, por exemplo, as diversas publicações que visavam mostrar os resultados dos diferentes projetos, como os Boletins Informativos da Funai, trabalhos acadêmicos de pesquisadores vinculados ao regime como o de CAMPOS (1968; 1969) apresentando reportagens e atividades da área, ou a revista de divulgação *Atualidade Indígena* (com 23 números entre 1976 e 1982) elaborada e editada pela própria Funai.⁸

Por sua vez, o Conselho de Segurança Nacional investigou desde grupos estudantis e sindicais que incorporaram a questão indígena em suas agendas, organizações não governamentais (internacionais ou nacionais) e missionários do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e das alas mais progressistas da Igreja em si, incluindo muitos missionários de origem estrangeira que tiveram uma presença contínua nas aldeias. Como podemos perceber, a presença estrangeira era fonte de insegurança, vista como possíveis focos de subversão, e era comum em terras indígenas (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 205). Os

⁸ O projeto Armazém Memória em seu Centro Virtual de Referência sobre a questão indígena disponibiliza boa parte desse material digitalizado. Especificamente, o acervo produzido pela FUNAI nesses anos está disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&hf=www.docvirt.com&pagfis=233261>

agentes do Cimi costumavam ser investigados como marxistas de especial periculosidade. Ao mesmo tempo, pesquisadores e jornalistas, inclusive trabalhadores da Funai que apoiavam o direito de livre reunião das lideranças indígenas, também eram vigiados. Todos eles monitorados, acossados e perseguidos pela ordem militar. Em documento do Ministério do Exército de 22 de maio de 1974, foi apresentada a análise de um panfleto do Cimi, que o qualificou de comunista e subversivo, especialmente as figuras de dom Pedro Casaldáliga e dom Tomás Balduino. Além disso, um relatório interno da ASI-Funai (seção de informações da organização indigenista) de 1975, classificado como “segredo”, mostrou a preocupação do poder com os novos trabalhadores da organização: “As admissões sem a observância desse levantamento [biográfico] têm facilitado infiltrações de adeptos da ideologia comunista e/ou de elementos subversivos nos órgãos públicos. A fim de preservar os interesses da Segurança Nacional, não podemos negligenciar tais observações”.

O Cimi é produto desses processos transnacionais de origem multipolar, concentrando sua atuação em campos específicos que poderiam colocar em xeque governos inteiros. Nascido em 23 de abril de 1972, em plena ditadura, o Cimi foi a expressão no campo indigenista das pastorais populares promovidas pela Igreja Latino-americana, conhecida como Teologia de Libertação, do Concílio Vaticano II (1962-1965) (BENTUÉ, 1995; MAQUEO, 1980). Parte da Igreja abraçou vigorosamente uma suposta autocrítica em uma proposta de “libertação” que combinava conceitos anti-hegemônicos com a fé católica e que trouxe para a América Latina um poderoso fluxo de ativismo que se sentiu legitimado pelo apoio de tão importante ator internacional (MOREIRA, 2016).

Uma das estratégias dos missionários foi levar continuamente à opinião pública a incompetência, a corrupção e as mentiras da Funai e outros atores afins ao Estado autoritário. Essa busca pela opinião pública não se limitou ao âmbito nacional, mas buscou incansavelmente a atenção de jornais e o público internacional (SUESS, 1985). Mas enquanto para os políticos que operavam dentro do sistema político autoritário tudo era parte de uma conspiração, para os atores que trabalhavam na oposição não oficial, contrariamente, mobilizar a opinião pública era visto como uma oportunidade.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

Durante o início da década de 1970, as diferentes formas de compreender a relação com os povos indígenas por aqueles que se relacionavam com sua luta sofreram fortes transformações. A perspectiva crítica se consolidou entre pesquisadores e missionários, e um novo tipo de ativismo abriu caminho. Do ponto de vista acadêmico, emergiram momentos-chave de diálogo e denúncia, como o Encontro de Barbados (realizado entre 25 e 30 de janeiro de 1971 e que produziu o documento “Declaração de Barbados: pela libertação dos indígenas”)⁹ ou o II Tribunal Russell (realizado em Roma em 1974, Bruxelas 1975 e Roma novamente em 1976)(FERREIRA, 2016). Tais iniciativas tiveram grande repercussão no Brasil. Por parte da Igreja, reclamações como “Y-Juca-Pirama O Índio: aquele que deve morrer” (editado pelos bispos do Centro-Oeste em 1973), o próprio Cimi (1972) e o seu apoio logístico na organização das Assembleias de Chefes Indígenas se consolidariam como o chamado Movimento Indígena Brasileiro (o primeiro encontro foi em Diamantino, Mato Grosso, em 1974). Os dois ramos do ativismo teriam forte influência na formação de lideranças indígenas que iam ganhando capacidade para ocupar espaços de forma mais efetiva, sendo requisitados para reuniões e tribunais internacionais, ganhando fama e voz além das fronteiras de sua própria aldeia e até do Brasil.

Decerto, os militares não estavam alheios a esta situação e tentaram contê-la ou controlá-la. Para além do monitoramento e vigilância, bem como da denúncia contínua, do controle da imprensa, da censura e da criação de um corpus ideológico baseado na conspiração, como vimos até agora; o Estado militar também colocou em prática toda uma série de estratégias de coerção que tentaram separar e controlar os diferentes atores. Deportações, isolamento de terras indígenas, impedimento de acesso de missionários¹⁰ e antropólogos e até mesmo impedimento de que lideranças indígenas se reunissem (FUNAI..., 1978) ou saíssem do país¹¹ foram estratégias comuns e tentativas infrutíferas de coibir a circulação de informações pelos militares.

⁹ Disponível em: http://www.servindi.org/pdf/Dec_Barbados_1.pdf

¹⁰ O conflito entre os missionários e o Estado ou Funai, gerou muitas tensões, como a expulsão de missionários das terras indígenas (A FUNAI..., 1976; FUNAI PROÍBE..., 1979; FUNAI PROÍBE 2..., 1975).

¹¹ Daniel Cabixi não foi autorizado a sair do país para participar de um encontro internacional de indígenas em Puebla, México, em 1979 (FUNAI É..., 1979), algo que Mário Juruna também sofreu ao ser convocado para fazer parte do II Tribunal Russell, ao qual acabou atendendo após grandes dificuldades e reclamações (JURUNA..., 1980, p. 5).

3. Considerações finais

A historiografia que trata da história do tempo presente parte do pressuposto de que as últimas décadas do século XX se caracterizam pelo declínio dos Estados-nação como as entidades referenciais que foram durante séculos. Com o surgimento das megacorporações, a era digital e a globalização neoliberal, o papel que a opinião pública tinha até então, nas pulsações de uma determinada sociedade, passou a fazer parte de um sentimento que transcendia fronteiras, línguas e culturas com muito mais fluidez e com muito mais capacidade de transformação. Já observável desde a década de 1970, a urgência de certas questões simbolicamente “transcendentes” teve o poder de torná-las verdadeiras ágoras de discussão e protesto, influenciando o desenvolvimento econômico e político de países e regiões.

A ditadura militar brasileira foi um verdadeiro gatilho de sensibilidades, que encontra um de seus habitats prediletos na questão indígena (junto com outras muito importantes, como a da produção cultural). Aquele “poderoso edifício ideológico”, que era o indigenismo, foi abalado pela entrada em campo de noções associadas a um mundo em mudança, como a perspectiva ecológica ou a descolonização e, portanto, toda uma série de perspectivas críticas com o sistema de princípios e valores associados às democracias liberais tradicionais, como o direito à diferença. Nessas correntes que surgiam simultaneamente, como a Teologia da Libertação, a antropologia crítica, ou o interesse pelas consequências do capitalismo no chamado “Terceiro Mundo”, convergiu para investir em um país como o Brasil, carente de mudanças e respostas. Assim, não só se construiu no país uma certa euforia “pró-indígena” que possibilitou questionar o regime militar e tudo o que ele representou em termos de desenvolvimentismo e autoritarismo, mas esse espaço foi utilizado pelos povos indígenas para se organizar e lutar cada vez mais efetivamente por seus direitos perante uma plateia que transcendia as fronteiras do país e, portanto, do controle das autoridades militares.

Este texto confirma tanto a importância do estudo da opinião pública para compreender como as representações e imaginários passam a moldar as realidades, quanto para compreender a própria opinião pública como um

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

poderoso agente histórico da chamada “história do tempo presente”. Estas questões só podem ser compreendidas em toda a sua complexidade quando abordadas a partir de uma perspectiva transnacional. Em um mundo marcado por uma crescente preocupação com os processos de globalização, a comunicação intercultural, a desintegração de Estados, as novas instituições supranacionais e a reconfiguração de fronteiras nacionais, os parâmetros nacionais que tradicionalmente dominaram a pesquisa histórica estão se tornando cada vez mais inadequados para responder intelectualmente aos desafios atuais enfrentados pela disciplina histórica.

Como tentamos defender neste texto, usando a opinião pública e a questão indígena na ditadura brasileira como campo de estudo, esses desafios atuais exigem uma reorientação substancial da pesquisa histórica em uma perspectiva transnacional, afetando o próprio objeto da história, o arcabouço metodológico da disciplina e a atual formação de historiadores.

O desafio está sobre a mesa.

Referências

A FUNAI EXPULSA missionarios do Cimi. E o Cimi protesta. *Jornal da tarde*, Salvador, 24 dez. 1976.

AHMRE. *Extermínio de índios no Brasil*: ofício n. 19.[Paris]: AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, 12 jan. 1970.

AHMRE. *[Correspondência]*: viagem do presidente da Funai à Europa: telegrama n. 450, telegrama recebido, secreto, AIG/610.53(B46). [Rio de Janeiro]: AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, 22 maio 1973a. 1 Telegrama.

AHMRE. *[Correspondência]*: viagem do presidente da Funai à Europa: telegrama n. 425, telegrama expedido, Secreto, AIG/610.53(B46). [Rio de Janeiro]: AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, 24 maio 1973b. 1 Telegrama.

AHMRE. *[Correspondência]*: viagem do presidente da Funai à Europa: telegrama n. 399: telegrama expedido, confidencial, AIG/610.53(B46). [Paris]: AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, 16 maio 1973c. 1 Telegrama.

AMAE. *L'affaire du service de protection des indiens*: nota enviada à direction d'Amérique, 2234/AM, Caixa 137. [Rio de Janeiro]: AMAE, Ambassade de France au Brésil, 11 oct. 1968a.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

AMAE. *Le scandale du service de protection des indiens*: nota enviada à Direction d'Amérique, 863/AM, Caixa 137. [Rio de Janeiro]: AMAE, Ambassade de France au Brésil, 17 abr. 1968b.

AMAE. *Le problème des Indiens*: le Brésil au banc des accusés: nota enviada à direction d'Amérique, 2555/AM, Caixa 137. [Rio de Janeiro]: AMAE, Ambassade de France au Brésil, 10 déc. 1969a.

AMAE. *Le problème des Indiens*: nota enviada à direction d'Amérique, 2437/AM, Caixa 137. [Rio de Janeiro]: AMAE, Ambassade de France au Brésil, 24 nov. 1969b.

AMAE. *Nota enviada à direction d'Amérique, 173, Caixa 137*. [Rio de Janeiro]: AMAE, Embaixada do Brasil em Paris, 10 nov. 1969c.

AMAE. *Nota enviada ao gabinete do Ministro, caixa 137*. [Rio de Janeiro]: AMAE, Embaixada do Brasil em Paris, 23 jul. 1969d.

AMAE. *Note pour le cabinet du Ministre*: nota enviada ao ministro, Caixa 154. [S.]: AMAE, Bureau Radio-Télévision, 19 févr. 1965.

AMAE. *Note pour le secrétaire general*: nota enviada ao Secretário Geral, Caixa 164. [S.]: AMAE, Direction d'Amérique, 15 mai 1970.

ANTROPÓLOGO inglês fala de fim dos índios no Brasil e pede Nobel para Vilas-Boas. *Jornal do Brasil*, São Paulo, p. 19, 8 jul. 1971.

BENTUÉ, Antonio. Panorama de la teología en América Latina desde el Vaticano II a Santo Domingo. *Teología y Vida*, Santiago, v. 36, p. 159-191, 1995.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Nem tudo eram flores: os indígenas, a ditadura e o decreto de emancipação de 1978. In: BRIGHENTIS, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 238-249.

BLANC, Florent; LOISEL, Sébastien; SCHERRER, Amandine. Politique étrangère et opinions publiques: les stratégies gouvernementales d'influence et de controle de l'opinion publique à l'épreuve de son internationalisation. *Raisons Politiques*, Paris, n. 19, p. 119-141, 2005.

BOHÓRQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. *Papel político*, Bogotá, v. 14, n. 1, p. 273-301, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. *Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo*. [Brasília]: Presidência da República, 1970. Arquivo Nacional, DSI-MJ, BR.AN,RIO.TT.O.MCP.PRO.180.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

CAMPOS, J. de Q. Actividades de la FUNDACIÓN NACIONAL DEL INDIO DEL Brasil, 1969. *América Indígena*, Ciudad de México, v. 34, n. 2, p. 537-560, 1970.

CAMPOS, J. de Q. Informe de la delegación del Brasil ante el VI Congreso Indigenista Interamericano. *América Indígena*, Ciudad de México, v. 28, n. 4, p. 1076-1083, 1968.

CASALILLA, Bartolomé Yun. *Historia global, historia transnacional e historia de los imperios: el Atlántico, América y Europa (siglos XVI-XVIII)*. Zaragoza: Institución Fernando El católico, 2019.

CHADE, Jamil. Documentos da Cruz Vermelha revelam massacre de indígenas na ditadura. *In: APUBLICA.ORG. [S.L.]*, 2 dez. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/10/documentos-da-cruz-vermelha-revelam-massacre-de-indigenas-na-ditadura/>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CHIESSE. M. *[Notas taquigráficas]*: seção 1. [Brasília]: Câmara dos Deputados, 11 ago. 1972. p. 2575.

COMISSÃO ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña? Campinas: Curt Nimuendajú, 2014. p. 7-10.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*: texto 5. Brasília: CNV, 2014. v. II. p. 205.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP, SMC, Companhia das Letras, 1992.

DEBATE na TV inglesa sobre índios brasileiros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 13, 14 dez. 1971.

DIACON, Todd A. *Stringing together a nation: Cândido Mariano da Silva Rondon and the construction of a modern Brazil, 1906–1930*. Durham: Duke University Press, 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 4, n.2, p. 93-110, 2016.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGALLO, Beatriz; UZAL, María José Henríquez. De lo internacional a lo transnacional: renovación y complejidad en la Historia de las Relaciones Internacionales. *Estudios Ibero-Americanos*, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, 2020.

FUNAI dissolve encontrou de 140 caciques em Roraima. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1978.

FUNAI É Policesca. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1979.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

FUNAI PROIBE a igreja de entrar em área indígenas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1979.

FRANK, Robert (dir.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012.

FRONCZAK, Joseph. Local people's global politics: a transnational history of the hands off Ethiopia movement of 1935. *Diplomatic History*, Wilmington, v. 39, n. 2, p. 245-274, 2015.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000.

GOMES, Paulo César. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GROSGUÉL, Ramón. Cambios conceptuales desde la perspectiva del Sistema-Mundo: del cepalismo al neoliberalismo. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 183, p. 151-166, 2003.

HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

IRIYE, Akira. *Japan and the wider world: from the mid-nineteenth century to the present*. London: Routledge, 2014.

IRIYE, Akira. The transnational turn. *Diplomatic history*, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 373-376, 2007.

JURUNA advertido para "não atacar o Brasil". *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 1 nov, 1980.

KÖRNER, Axel. Transnational history: identities, structures, states. In: GODSEY, Barbara; HAIDER-WILSON, William D.; MUELLER, Wolfgang. *International history in theory and practice*. Viena: Austrian Academy of Science Press, 2017.

LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy: les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris: Seuil, 2001.

LE SERVICE brésilien de protection des Indiens s'est livré à un véritable génocide. *Le Monde*, 16 mars. 1968.

LEMKIN, Raphael. *Axis rule in occupied Europe*. Washington: Lawbook Exchange, 2008.

LEWIS, Norman. Genocide. *The Sunday Times*, London, p. 34, 23 Feb. 1969.

MAQUEO, Roberto Oliveros. *Liberación y teología: génesis y crecimiento de una reflexión (1966-1976)*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1980.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

MÉDICI, Emílio Garrastazú. *[Correspondência]*: declarações do senhor presidente da República sobre supostas violências contra os índios. [Paris], 6 dez. 1969. 1 Telegrama.

MOREIRA, Alberto da Silva. Democracia e direitos humanos no Brasil: as contribuições da teologia da libertação. *Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 207-221, 2016.

NGAI, Mae M. The future of the discipline promises and perils of transnational history. *Perspectives on History*, Washington, 1 Dec. 2012. Disponível em: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/december-2012/promises-and-perils-of-transnational-history>. Acesso em: 23 ago. 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PATEL, Kiran Klaus. Transnational history. *European History Online (EGO)*, Mainz, 3 dez. 2010. Disponível em: <http://www.ieg-ego.eu/patelk-2010-en>. Acesso em: 12 jun. 2021.

POELS, Géraldine. *Les trente glorieuses du téléspectateur: une histoire de la réception télévisuelle des années 1950 aux années 1980*. Paris: INA Editions, 2015.

PROTESTOS no Exterior contra a emancipação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 11 dez. 1978.

RAMOS, Alcida Rita. A hall of mirrors: the rhetoric of indigenism in Brazil. *Critique of Anthropology*, Manchester, v. 11, n. 2, p. 155-169, 1991a.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo: um orientalismo americano. *Anuário antropológico*, Brasília, n. 1, p. 27-48, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. Os direitos do índio no Brasil: na encruzilhada da cidadania. *Anuario Antropologico*, Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, n.116, 1991b.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Collin, 2010.

REYNOLDS, David: *From World War to Cold War: Churchill, Roosevelt and the International History of the 1940s*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

RIBEIRO, N. *Notas taquigráficas*, Seção 1. [Brasília]: Câmara dos Deputados, 5 abr. 1973. p. 692.

SAUNIER, Pierre-Yves. *Transnational History: theory and history*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional

Paulo Cesar Gomes, Carlos Benitez Trinidad

SUERSS, Paulo. *Crônicas de pastoral e políticas indigenista*. Petrópolis: Vozes, 1985.

TOMMASI, Breno. *Entusiastas do desenvolvimento: a Fundação Nacional do Índio e o projeto modernizador da ditadura (1969-1974)*. Curitiba: Appris editora, 2021.

TRINIDAD, Carlos Benítez. De propaganda desenvolvimentista a reclamo de liberdade: O uso político da questão indígena durante a ditadura civil-militar no Brasil. *Americanía: Revista de Estudios Latinoamericanos*, Sevilla, n. 9, p. 274-310, 2019.

ÍNDIOS: a verdade. *Veja*, São Paulo, 28 jan. 1970.

WEY, Valquiria. Del salvaje al indio: el nacimiento de un tema literario en el siglo XIX en Iberoamérica. *Revista de la Universidad de México*, Ciudad de México, v. 50, n. 530, p. 3-7, 1995.